

A Coleção A Revolução Brasileira em Debate chega ao público apresentando obras que abordam as controvérsias teóricas, estratégicas e táticas das lutas de classes no Brasil na sua atualidade. Em seus volumes serão apresentadas criticamente as histórias de diversos movimentos sociais particulares, das lutas de classes em geral e das teorias que buscam explicá-las a partir de sua historicidade e conexão com a totalidade social. A diversidade de temas e questões abordadas encontrarão, por outro lado, seu eixo central e comum na busca de uma estratégia para a transformação socialista em nosso país a partir da apropriação crítica de nosso passado recente.

Assim, ao reunir trabalhos de jovens e promissores intelectuais e pensadores já conhecidos do grande público, o objetivo desta coleção é um só: subsidiar o debate sobre a revolução brasileira, inventariar o passado para reinventar o futuro.

Neste livro, que abre a coleção “A revolução brasileira em debate”, oferecemos uma inventário crítico da Estratégia Democrático-Popular, abraçada por grande parte da esquerda brasileira nas últimas três décadas. Ela é examinada teórica e historicamente. Mostram-se seus principais conceitos, expõem-se os encadeamentos-chave, dialoga-se com os grandes intelectuais cujo pensamento constituiu os insumos para sua formulação e analisa-se sua implementação em diversos campos e políticas públicas.

Testa-se aqui a seguinte hipótese, que julgamos comprovada: a Estratégia Democrático-Popular não é apenas a expressão de uma leitura particular da realidade, nem somente a intenção de um ou outro partido. Ela corporifica, da perspectiva da esquerda engajada na luta por reformas sociais, o espírito de nosso tempo.



A Estratégia Democrático-Popular

Iasi, Figueiredo e Neves (orgs.)

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO POPULAR

UM INVENTÁRIO CRÍTICO



LUTAS ANTICAPITAL

MAURO IASI
ISABEL MANSUR FIGUEIREDO
VICTOR NEVES
(ORGS)

Este livro é resultado de trabalho coletivo, reflexão em grupo, longos debates e muitas disponibilidades individuais. Sua história é um pedaço da história recente da esquerda no Brasil, caminhos quebrados aglutinando intelectuais oriundos de diferentes organizações e posições políticas. Gravita em torno do compromisso comum com a luta pela emancipação humana da forma social planetária em que o centro da vida não é a própria vida, mas a valorização do valor.

Seu processo remete a nomes, datas, abrigos. Dentre eles, desponta o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Ali perguntou-se; respondeu-se; discutiu-se; brigou-se. Lá germinaram ideias, estreitaram-se laços, floresceram estudos. Ecoou, e ecoa: por que fomos derrotados?

Percebeu-se a necessidade de realizar um inventário, mapeando os elementos que herdamos, sobre os quais construímos a experiência histórica que agora encontra seu desfecho. Lançaram-se batedores em várias direções. Cada um que encontrasse indícios, que os trouxesse para o grupo. Somaram-se novos pesquisadores, produziram-se teses, dissertações, artigos, provocações. Organizou-se um seminário, em outubro de 2017. 100 anos depois da inauguração de um mundo novo, nos perguntávamos em meio a seus escombros: por que fomos derrotados?

Desse seminário surge o livro, que reúne os textos-guia das intervenções. Ele é dedicado ao companheiro Luís Carlos Scapi, que, não escrevendo, é um de seus principais autores.

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR: UM INVENTÁRIO CRÍTICO

Mauro Iasi
Isabel Mansur Figueiredo
Victor Neves
organizadores

1ª edição
Lutas anticapital
Marília - 2019

O MESÃO, A ESCOLA E O PARTIDO: EM BUSCA DAS ORIGENS DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Rodrigo Castelo

Os debates político-ideológicos da Revolução Brasileira começaram no final dos anos 1910 e o seu primeiro ciclo se esgotou nos anos 1930. Neste período, as lutas de classes no Brasil foram acirradíssimas, como atestam a greve geral de 1917, o levante armado anarquista em 1918, o movimento tenentista e a marcha da Coluna Prestes, a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Bloco Operário-Camponês (BOC), o início da Era Vargas, a guerra civil eclodida em São Paulo, a Ação Integralista, o Levante da Aliança Nacional Libertadora, a ditadura do Estado Novo. Eram tempos de intensa agitação dos subalternos e indefinições no bloco de poder dominante, conjugados com a instabilidade econômica gerada pela grande crise capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial, abriu-se um novo ciclo da Revolução Brasileira. O período de 1950 a 1970 foi único na história das lutas de classes no país. Foram acontecimentos marcantes: a eleição de Getúlio Vargas e o seu suicídio, a luta armada no campo com a guerrilha de Porecatu, a formação das Ligas Camponesas, o governo JK e a entrada das multinacionais, a renúncia de Jânio, as revoltas dos sargentos e marinheiros, o golpe de 1964 e a hegemonia do imperialismo no bloco de poder, a greve operária de Contagem/MG, a luta armada, o início da chamada redemocratização... Neste conturbado cenário, tivemos a retomada da controvérsia da Revolução Brasileira.

Os dois primeiros ciclos da Revolução Brasileira foram decorrentes de crises orgânicas capitalistas; nestas se conjugam crise econômica estrutural e crise de hegemonia, em que o bloco de poder dominante enfrenta violentas tensões internas e os subalternos se colocam na cena histórica com organização autônoma e consciência de classe revolucionária. Ambos os ciclos, contudo, tiveram desfechos com golpes orquestrados pelas classes dominantes, e o ascenso das massas foi revertido por movimentos contrarrevolucionários.

É nesse contexto histórico de derrota dos defensores da Revolução Brasileira, nas suas múltiplas organizações, estratégias, táticas e programas, que temos a formação do bloco ideológico criador das primeiras bases teóricas da Estratégia Democrático-Popular (EDP). A hipótese central do capítulo é que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com influxos da economia política da Escola de Campinas, foram os aparelhos privados de hegemonia de sistematização e difusão ideológicas das bases fundacionais de um dos ramos da EDP. O objetivo do texto é, portanto, traçar elementos da história da constituição das ideias-motrizes das ciências sociais e da economia política da EDP, enfatizando os aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais (tradicionais e orgânicos) produtores e difusores dessa estratégia política que se tornaria hegemônica na esquerda brasileira a partir dos anos 1980 até os dias de hoje.

AS RAÍZES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDP

Em maio de 1969, Elza Berquó, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti e Paul Singer, então professores da Universidade de São Paulo (USP) cassados pelo Ato Institucional n.5, juntos a Cândido Procópio Ferreira e Juarez Brandão Lopes, colocaram em movimento a fundação de um centro de pesquisa privado. O projeto era erigir uma instituição de estudos fora dos moldes universitários do conhecimento fragmentado em departamentos especializados, na qual distintas áreas do saber – economia, política, sociologia, demografia, religião, história – dialogassem entre si de forma multi e interdisciplinar.

Deste projeto de perseguidos políticos pela ditadura empresarial-militar, surgiu o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). O nome era propositalmente genérico. A tática era despistar ou, pelo menos, não chamar atenção da repressão. Para ter continuidade, seus fundadores se articularam com personagens ilustres da política brasileira, como governadores e ministros da ditadura de 1964, e também contaram com o apoio de empresários, como José Mindlin, que participaria do Conselho do Cebrap. Essas articulações foram além da política, pois ajudaram a garantir a saúde financeira do centro.

Foram múltiplas as fontes de financiamento nacionais e internacionais, desde a iniciativa privada até órgãos públicos.

Grandes empresas pagavam por projetos de consultoria na área do planejamento e pesquisas eram executadas com verbas de fundações estatais de apoio. O maior financiamento veio, entretanto, da Fundação Ford, que na época também bancava outros projetos na área das ciências sociais e humanas brasileiras, como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O pretexto apresentado publicamente era o investimento na modernização das ciências sociais no Brasil e o seu possível impacto na atenuação das expressões mais agudas da questão social. Mas, por trás do discurso oficial, estava o interesse em “garantir estabilidade contra o apelo revolucionário” e disseminar “conceitos e perspectivas teóricas alternativas ao marxismo e levando mais intelectuais brasileiros aos Estados Unidos para conhecer sua sociedade e seus valores”. (MOTTA, 2014, p.142)

As ligações políticas com membros do alto escalão da ditadura e fontes de financiamento nada subversivas não evitaram que o Cebrap tivesse a sua existência ameaçada pelos militares e grupos paramilitares. Pesquisadores do centro foram presos em incursões da Operação Bandeirante (Oban) e alguns foram torturados. Em 1976, uma bomba caseira foi arremessada contra a sua sede e um princípio de incêndio foi controlado pelo zelador do casarão. O atentado foi reivindicado pela Aliança Anticomunista Brasileira e, logo após o ataque terrorista, o centro mudou a sua sede para outro endereço por motivos de segurança.

As raízes do Cebrap são comumente ligadas à Escola de Sociologia da USP, tradição teórica capitaneada por Florestan Fernandes e seus assistentes de docência e pesquisa, como Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Foracchi e outros. Assentada primordialmente em estudos teórico-metodológicos das principais correntes do pensamento social mundial, a Escola de Sociologia da USP notabilizou-se, afinal de contas, nas suas pesquisas sobre a formação histórico-social do Brasil, desde as questões indígena e racial, até a dependência, o Estado e as classes dominantes, tendo o marxismo como um dos seus pilares, embora conjugado com outras escolas das teorias sociológicas.

Grande parte dos integrantes do centro formou-se intelectual e profissionalmente na USP, seja como estudantes de graduação e

pós-graduação, seja como docentes. Esta ligação com a USP, todavia, não é direta; ela deve ser ponderada por dois fatos. O primeiro deles nos parece crucial: Florestan Fernandes nunca fez parte do Cebrap. O sociólogo paulista optou por outros caminhos profissionais e, mais tarde, ingressaria numa militância política mais ativa no Partido dos Trabalhadores (PT), lutando pela construção de um partido revolucionário de base operária, projeto este que se frustrou com os descaminhos da agremiação.

Antes da fundação do Cebrap, Florestan, mesmo sendo a principal figura de referência intelectual nas ciências sociais da USP, já havia enfrentado resistências internas na sua equipe de trabalho. No hoje incensado *Seminário do Capital*, formado por pesquisadores de renome, tais como Bento Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso etc., Florestan não foi convidado. Na vasta bibliografia sobre este famoso grupo de estudos, muitas vezes alçado erroneamente ao posto de introdutor no Brasil de uma leitura sistemática da principal obra marxiana¹, a ausência de Florestan é um assunto raramente comentado. A conspiração do silêncio foi, contudo, quebrada por Giannotti no livro *Retratos de grupo*, no qual fundadores e pesquisadores do Cebrap contam sobre a trajetória desta instituição. Indagado sobre o motivo de não convidarem Florestan para participar do seminário, o filósofo paulista foi franco na sua resposta:

Porque ou era o Florestan, ou era a gente. Eu me lembro que em 1953 houve um concurso para professor de sociologia na Faculdade de Filosofia e o pessoal da minha turma prestou o concurso. Nós havíamos sido alunos do Florestan e ele estava na banca. Então fomos ler com cuidado o livro dele sobre a indução sociológica e percebemos o que ele fala da indução sociológica, de autores como o próprio Durkheim e Weber, é de um delírio total. (...) E Florestan só participava de um jogo se fosse o capitão, e nós necessitávamos de espaço. (GIANNOTTI, 2009, p.63)

¹ A inovação do *Seminário do Capital* foi estabelecer pontes entre o estudo das obras clássicas de Marx e o mundo acadêmico. Como diz Roberto Schwarz (2017, p.20-21), “digamos então que a novidade do seminário de 1958 não foi a leitura de Marx, mas a ligação de sua obra à máquina dos estudos universitários”.

De acordo com depoimentos dos participantes do *Seminário do Capital*, Giannotti foi o principal articulador dos debates quinzenais que terminavam em jantares regados a conversas sobre a conjuntura nacional e internacional. Como fica claro na resposta acima, o filósofo paulista já nutria discordâncias intelectuais profundas com Florestan desde o início dos anos 1950. Na criação de um novo espaço de debates ligado à USP, considerou que a presença de Florestan poderia ameaçar a sua liderança no *Seminário*, dado o peso da figura do eminente sociólogo. O grupo precisava de um novo capitão.

Sobre a ligação estreita do Cebrap com o *Seminário do Capital*, Paul Singer esclarece:

Não há dúvida de que o convite ao Giannotti para integrar o Cebrap vem do fato de que ele participava conosco do grupo do O Capital. Formamos um centro de pesquisa e planejamento, que precisava ser sustentado com o trabalho de profissionais. Portanto, convidar um filósofo, que não tinha mercado de trabalho nenhum, não faria sentido a não ser pelo fato de que nós estávamos muito ligados. Na verdade, o Cebrap foi planejado por pessoas que tinham estado no grupo de O Capital, como Fernando Henrique, eu e o Giannotti. Depois, a gente trouxe outras pessoas ligadas a nós, no momento em que nós fomos aposentados. (SINGER, 1999, p.64-5)

A defesa da tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso em 1961 foi envolta em polêmica metodológica entre o orientando e Florestan, seu então orientador. O candidato ao título de doutor escreveu a introdução da sua tese, com base em escritos de György Lukács e Jean Paul Sartre, como uma densa crítica ao funcionalismo. Florestan teria discordado do escrito do orientando, que ameaçou mudar a orientação da tese para o professor Lourival Gomes Machado. Ao final, Fernando Henrique Cardoso (2009, p.27) amenizou as críticas e defendeu-a sob orientação de Florestan, publicando-a um ano depois com o título *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. No prefácio à 5ª edição, escrito em 2003, Fernando Henrique declarou o seguinte sobre o episódio:

Não por acaso, Florestan Fernandes temia, quando iniciamos o “Seminário de Marx”, que a leitura de Lukács distorcesse as

“análises empíricas” que ele tanto prezava. Na ocasião, as observações do mestre surpreenderam-me. Hoje, entendo sua apreensão: o brilhantismo filosófico de Lukács poderia levar-nos a análises mais abstratas e conceituais do que à reconstrução histórico-estrutural dos processos que pretendíamos esclarecer. (CARDOSO, 2003, p.11)

Gabriel Cohn, professor da USP formado na equipe de assistentes de Florestan Fernandes, ao comentar sobre a querela interna entre Florestan e FHC, conclui que este episódio teria sido o nascedouro do futuro racha da equipe do qual surgiu o Cebrap. Diz Cohn (2006, p.120):

O escrito programático mais ambicioso em meados dos anos 60, aliás, foi justamente aquele em que Fernando Henrique Cardoso marcava a sua posição divergente de Florestan e propunha a criação de uma alternativa. Trata-se do prefácio ao seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. É um texto de combate, ainda que não explícito, em que ele anunciava, em meio a discussões sobre funcionalismo e dialética, a proposta de um grupo que não teria Florestan como líder, mas ele próprio. Mais tarde, já fora da universidade, o Cebrap caminhou nesse sentido.

Da primeira briga das ciências sociais da USP, nasceria o capitão do novo centro; da segunda, o técnico. Além disso, há um segundo fator que merece ser matizado na suposta ligação direta da Escola de Sociologia da USP com o Cebrap. Octavio Ianni foi, junto com Fernando Henrique Cardoso, um dos principais assistentes de Florestan Fernandes na USP, e, a despeito de diferenças com o mestre, seguiu trilhando os caminhos do marxismo e do socialismo até o final da vida, muito diferente da grande maioria dos pesquisadores do Cebrap. Estes posicionamentos de Ianni mostram que a Escola de Sociologia da USP bifurcou-se em dois caminhos distintos, um trilhado pelos pesquisadores fundadores do Cebrap e outro por Ianni, que foi capaz, ao seu modo criativo, de dar continuidade à tradição inaugurada por Florestan².

² Segundo João Antonio de Paula (2009, p.80), “de todos os discípulos de Florestan Fernandes, diria que Octavio Ianni foi o que mais próximo ficou da obra do mestre, em pelo menos dois sentidos. Um deles é o referente à temática. A preocupação com a questão racial, que foi muito importante na obra de Octavio Ianni, é também decisiva, como se sabe, na obra de

Ianni relutou em entrar no Cebrap pois discordava do financiamento proveniente da Fundação Ford, considerada pelo sociólogo de Itu uma agência do imperialismo estadunidense. O seu ingresso no Cebrap ocorreu depois da fundação e sempre foi motivo de tensionamentos internos. Ele nunca se integrou plenamente ao novo espaço criado, como asseveram Fernando Henrique Cardoso e José Giannotti, mas por lá produziu grandes livros sobre Estado, acumulação capitalista, questão agrária e questão regional, sem sofrer sanções ou perseguições.

Uns não se integraram muito bem. O Ianni nunca se integrou propriamente, nunca se sentiu à vontade no Cebrap. Primeiro porque ele sempre teve muitas resistências ideológicas quanto ao financiamento da Fundação Ford, e também porque ele tinha uma visão... Não quero ser injusto, mas eu diria uma visão mais mecânica na análise do processo histórico; a forma como ele assimilou a leitura do Marx do seminário foi menos matizada. (CARDOSO, 2009, p.39)

Acho que houve dois momentos de tensão no Cebrap. Primeiro com o Octávio Ianni, que cada vez mais adotou uma linha de interpretação do marxismo, que a meu ver era ideológica, sem grandes questionamentos. Desde os tempos do Seminário do Capital me parecia que ele cortava os problemas a facadas. (...) Ianni nunca perdeu a crença na Revolução, sempre insistiu num certo automatismo da luta de classes. Mas isso fez com que se sentisse pouco integrado no Cebrap, veio depois da sua fundação e saiu logo que pôde. (GIANNOTTI, 2009, p.63)

Consolidada a formação da equipe de pesquisadores, a direção do centro arquitetou um plano de publicação dos resultados de trabalhos inconclusos e/ou das suas pesquisas finalizadas. O

Florestan Fernandes. Octavio Ianni imprimiu a essa temática uma perspectiva classista que distingue a sua obra de outros estudos sobre a questão racial. Ianni buscou relacionar raça e classe, de modo denso e compreensivo. Uma segunda característica que aproxima a obra de Octavio Ianni da obra de Florestan é, exatamente, a ideia de revolução, a perspectiva da revolução brasileira, que me parece ser uma permanente interrogação e motivação de Octavio Ianni”.

plano foi bem-sucedido, e a repercussão dos trabalhos cebrapianos transbordou os muros da instituição. Segundo Francisco de Oliveira (2009, p.166), presidente do Cebrap entre 1993 e 95, “a decisão de publicar foi talvez a decisão mais sábia que o Cebrap tomou, porque a suspeita da ditadura é que isso aqui era um biombo para atividades clandestinas.” O principal formato de difusão foi a revista *Estudos Cebrap*, que editava textos de pesquisadores internos mas também de material externo, criando vínculos político-ideológicos com outras instituições. Clássicos do pensamento social brasileiro saíram na revista, como *Crítica à razão dualista*, do próprio Chico de Oliveira, o que atiçou a curiosidade da intelectualidade com a publicação, tornando-a um sucesso editorial. Algumas pesquisas foram publicadas no formato de livro e alcançaram um público ainda maior. Os títulos *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* e *São Paulo: o povo em movimento* foram lançados, respectivamente, pelas editoras Loyola e Vozes, e tiveram larga difusão com tiragens de algumas edições.

Outro canal de influência externa do Cebrap foi a promoção de reuniões de debate com pesquisadores de fora da instituição. O centro abriu suas portas para receber convidados nacionais e estrangeiros que apresentavam textos e teses em produção e recebiam toda sorte de críticas e comentários. Era o chamado *mesão*, literalmente uma mesa na qual os debatedores sentavam em volta para seus acalorados confrontos ideológicos. Muitos que passaram pelo mesão mostram seu apreço pelo espaço, uma das raras possibilidades de debate e reflexão teórica em tempos sombrios de forte repressão. Nesta época, o Cebrap era amplamente reconhecido como um ponto de referência para a intelectualidade de resistência à ditadura empresarial-militar. E não só isso: apesar das provocações e comentários muitas vezes ácidos e demolidores, o clima era relatado como de acolhimento e generosidade, tendo contribuído para o avanço de inúmeros trabalhos que depois vieram a se tornar peças-chave do pensamento progressista.

OS PRIMEIROS PASSOS DA ECONOMIA POLÍTICA DA EDP

Um grupo expressivo de professores e pesquisadores da economia política brasileira foi assíduo frequentador do mesão do Cebrap: Antonio Barros de Castro, Eduardo Suplicy, José Serra, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Pedro Malan e outros passaram por lá para

submeter seus rascunhos ao escrutínio. Maria da Conceição Tavares, decana da Escola de Campinas, também circulou pelos seminários do mesão e foi alvo das mais diversas críticas.

A ligação da Escola de Campinas com os fundadores do Cebrap remete aos tempos da USP. Nos anos 1960, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, amigos de longa data e também decanos da escola campineira de economia política, frequentaram juntos o curso de ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e foram alunos de Florestan, FHC e Giannotti, mas nenhum concluiu este bacharelado; ambos se formaram em direito. Relembrando a sua passagem na Escola de Sociologia da USP, Cardoso de Mello (1999, p.184) respondeu o que se lia nessa época:

Todos os autores importantes, não importava sua orientação ideológica ou política. O critério de seleção era a qualidade. (...) Essa orientação saudavelmente antidogmática vinha do professor Florestan Fernandes. Ao mesmo tempo, os professores que eram marxistas tinham horror do marxismo soviético, do outro tipo de manual, os de marxismo-leninismo. Mas aqui vem o mais importante: havia da parte do professor Florestan e de seus colaboradores o empenho em renovação do pensamento social brasileiro, a vontade de conhecer a sociedade brasileira contemporânea, amparada num amplo programa integrado de pesquisa. Os frutos deste trabalho foram extraordinários.

Luiz Gonzaga Belluzzo (1996, p.256-7), responsável pelos estudos mais aprofundados da teoria do valor dentro da Escola de Campinas, também demonstra apreço pelas ciências sociais e humanas da USP e declara a importância desta passagem acadêmica na sua formação teórica:

Em 1975 Giannotti estava trabalhando e refletindo no *Trabalho e Reflexão* (risos), e frequentávamos o CEBRAP na mesma época. Era um período em que os espaços de discussão eram muito restritos e muito perigosos. Tive ali um contato mais próximo com o Giannotti. Quando eu era aluno da Faculdade de Filosofia, ciscava nas suas aulas e do Lebrun, para ver se, como dizia um amigo, refinava o espírito. E tinha muito respeito, como tenho hoje, pelo Giannotti.

A admiração do trabalho desenvolvido nas ciências sociais da USP transparece nas respostas de Cardoso de Mello e Belluzzo. Tal admiração os levaria a tomar tais orientações metodológicas e programáticas como influências na construção da Escola de Campinas. O Departamento de Economia e Planejamento Econômico e Social (Depes) da Universidade de Campinas (Unicamp) foi fundado em 1967 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e começou suas atividades com cursos de pós-graduação no nível de especialização em 1968. Dois anos depois iniciaram-se as aulas da graduação. O mestrado é inaugurado em 1974 e o doutorado em 1977. Em 84, o colegiado do Depes aprovou a criação do Instituto de Economia, processo que levou à separação institucional do IFCH e à saída de importantes fundadores do departamento.

A fundação do Depes foi viabilizada por apoio institucional do Ministério das Relações Exteriores, da Comissão de Economia para América Latina e Caribe (Cepal) e do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes), instituição que abrigou Fernando Henrique Cardoso no seu exílio no Chile e foi palco da redação do seu influente livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito entre 1966 e 67 em coautoria com Enzo Faletto. Por lá também passaram inúmeros intelectuais que mais tarde fariam parte do Depes.

Outro apoio, contudo, foi indispensável para a criação do Depes. Zeferino Vaz, idealizador do projeto da Unicamp, tendo sido o seu primeiro reitor, deu o suporte necessário à fundação do novo departamento do IFCH. Antes da sua passagem pela Unicamp, Zeferino Vaz já havia feito carreira na universidade brasileira, inclusive na USP. Nesta trajetória cheia de contradições³, ele cumpriu um dos papéis mais nefastos da nossa história universitária: como interventor na Universidade de Brasília (UnB) logo após o golpe militar, implementou um regime de terror numa das universidades mais libertárias do Brasil, criada com o intuito de renovação do ensino superior no país. Em outubro de 1965, 80% do corpo docente pediu demissão por conta de divergências com a nova administração central imposta pelos militares. (MOTTA, 2014, p.41) O projeto de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer foi destruído com as estocadas das baionetas militares.

³ Sobre a trajetória acadêmica e política de Zeferino Vaz, cf. Caio Navarro de Toledo (2015).

A adesão de primeira hora de Zeferino Vaz ao golpe foi responsável, por exemplo, pelo desmonte do curso de ciência política da UnB, que então abrigava André Gunder Frank, Victor Nunes Leal e três dos fundadores da teoria marxista da dependência⁴, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Estes três últimos professores da UnB, também militantes da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, conhecida como Polop, sofreram uma brutal perseguição e foram obrigados a abandonar seus cargos e viver ou na clandestinidade ou no exílio; Marini teve sua tese de doutorado queimada e, após ser exonerado, fugiu para o Rio de Janeiro onde foi preso e torturado antes de se exilar fora do país. (MARINI, [1990] 2005, p.64-5)

Este passado de perseguições na UnB não foi suficiente para impedir a aceitação do apoio de Zeferino Vaz à criação do Depes/Unicamp, apoio este sempre reconhecido pelos fundadores da Escola de Campinas, conforme relata Cardoso de Mello (1999, p.196):

[Foi possível] antes de tudo, por causa desta extraordinária figura chamada professor Zeferino Vaz. (...) Politicamente, o professor Zeferino era um conservador, tinha participado ativamente da “revolução de 64”. Mas, ao mesmo tempo, prezava os valores da liberdade de pensamento, da autonomia universitária, da liberdade de ensino e pesquisa, do mérito acadêmico. Jamais permitiria proselitismo político na Universidade. Mas, para ele, nós éramos professores competentes e dedicados, que estavam fazendo um trabalho sério. Era o que bastava.

Com tais apoios institucionais, tanto da ONU quanto da administração central da Unicamp, veio à luz o Depes. Do ponto de vista ideológico, a problemática central era estudar as especificidades históricas do capitalismo latino-americano e superar os entraves ao desenvolvimento nacional e social na periferia a partir de uma política de reformas centrada no Estado, de construção da soberania nacional, da democracia e da justiça social. Tais orientações constituiriam posteriormente, com o aporte de outras interpretações

⁴ A respeito da UnB como uma estufa para o florescimento da teoria marxista da dependência, cf. Sadi Rosso e Raphael Seabra (2017).

teóricas sobre a formação social brasileira e sua inserção no mercado mundial, algumas das bases da Estratégia Democrático-Popular. Mais uma vez, vale recorrer ao depoimento de João Manuel Cardoso de Mello (1999, p. 201) no qual ele explicita os objetivos da Escola de Campinas: “acertar as contas com a Economia Política da Cepal, de que todos éramos – e continuamos a ser – filhos, e muito orgulhosos. Finalmente, repensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fazer a crítica da política econômica e procurar renovar as propostas de reforma econômica e social.”

Para forjar a base teórica deste projeto ideológico, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Belluzzo, Wilson Cano e companhia recolheram instrumentais teórico-metodológicos de diversas escolas de pensamento, do liberalismo esclarecido ao marxismo. Surgiu daí o caldeirão eclético da Escola de Campinas, alquimicamente misturando John Maynard Keynes, Michael Kalecki, Karl Marx, Joseph Schumpeter e o pensamento cepalino (Raul Presbich, Celso Furtado, Aníbal Pinto). Nesse ecletismo, a teoria marxista da dependência ficou propositalmente de fora; do debate da dependência eles somente salpicaram elementos da vertente fundada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Abaixo reproduzimos, respectivamente, depoimentos de Tavares⁵ e Cardoso de Mello sobre a relação da Escola de Campinas com as vertentes da teoria da dependência.

O fracasso das chamadas teorias de dependência como marco analítico para interpretar este tipo de mudanças do capitalismo central e das formas alternativas de integração da periferia não pode, pois, ser contornado mediante uma “querelle d'écoles” entre os chamados estruturalistas cepalinos de um lado e os neomarxistas do outro. (TAVARES, [1972] 1976, p.21)

⁵ Mais de trinta anos depois de escrever a introdução ao seu livro clássico, Maria da Conceição Tavares (2008, p.16-7) reafirmou suas críticas à teoria marxista da dependência. “A chamada teoria da dependência, como foi formulada de mil maneiras, não chega a ser teoria nenhuma. Por exemplo, o que diz o Marini é uma coisa, o que dizem Fernando Henrique e o José Serra é outra. Tanto que teve o debate entre eles. Quando alguém diz, pela teoria da dependência, que o centro cresceu por causa da exploração da periferia, é um disparate. Cresceu à custa da acumulação deles e, *en passant*, expandiu-se a periferia e, *en passant*, explorou, é claro.” Neste caso, Maria da Conceição Tavares está se referindo às teses de Marini sobre a troca desigual e a superexploração formuladas em *Dialética da dependência*, deixando de lado qualquer crítica a Fernando Henrique e/ou José Serra, em que pese sua ferrenha oposição aos governos federais tucanos.

Deste ponto de vista, a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A.G.Frank, centrada na ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração entre MetrÓpole e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico. Ao contrário, a formulação de F.H.Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva. (CARDOSO DE MELLO, 1984, p.24)

As críticas da Escola de Campinas não eram ingênuas ou despropositadas. Abria-se o caminho para o reformismo e a defesa de uma política econômica desenvolvimentista para amainar os efeitos mais perversos da dependência, que também eram duramente criticados pela economia política de Campinas. Deixava-se de lado, no plano mais abstrato da teoria do valor-trabalho, a teoria marxiana da exploração em detrimento de uma teoria da valorização do capital (BELLUZZO, 1980) e, no plano mais concreto, a teoria marxista do Estado e da revolução para abraçar a crença em mudanças graduais dentro da ordem capitalista dependente, que gerassem um capitalismo autônomo e desenvolvimento com justiça social. Ao ser questionado sobre o caráter reformista do projeto de Campinas, João Manuel Cardoso de Mello (1999, p.205) respondeu sem hesitar:

Reformista, sem dúvida. Mas cuidado com a palavra socialdemocrata. Na América Latina, na periferia do capitalismo, a palavra socialdemocracia só tem significado se englobar a luta por um mínimo de autonomia econômica nacional, sem o que é impossível promover simultaneamente o crescimento econômico e a igualdade social. É a partir desse movimento coletivo de transformação da sociedade que nossa ação, a dos companheiros de Campinas e a minha, pode ser compreendida. Nós tratamos de lutar pelos nossos valores e, ao mesmo tempo, procuramos contribuir para pensar o projeto de reforma do capitalismo plutocrático.

O horizonte utópico da Escola de Campinas era a construção de barreiras humanistas ao capitalismo selvagem desenvolvido na periferia do sistema mundial. Estas barreiras seriam erguidas por

um Estado racional e suas políticas de desenvolvimento econômico com soberania nacional e justiça social. O bom combate seria às desigualdades sociais e ao autoritarismo reinantes na nossa sociedade. Ao final da democratização do país, o objetivo era, em poucas palavras, termos o Estado de bem-estar social, assim como foi feito na Europa. Desta maneira, as especificidades históricas do subdesenvolvimento latino-americano e suas formas de produção da riqueza saíam de cena para dar lugar a um projeto político estatista e de recorte eurocêntrico, no qual as estruturas produtivas não seriam alvo de mudanças radicais e a etapa final das transformações sociais seria o *Welfare State*⁶. Ainda segundo Cardoso de Mello (1984b, p.22),

Nestas condições concretas, o processo de transformação da sociedade é “longo” e difícil, caminha através de “objetivos intermediários”, através de rupturas parciais sustentadas numa certa estrutura de forças sociais e políticas, que simultaneamente consolidam os avanços anteriores e abrem caminho para a mudança subsequente. Só a democracia permite construir alianças centradas na nossa contemporaneidade, que não tolera o burocratismo autoritário.

Desta visão de mundo socialdemocrata surgiram pontos de confluência entre as ideologias do Cebrap e da Escola de Campinas. Os escritos destes dois aparelhos de hegemonia são fruto de um processo revisionista, nos anos 1970, das principais referências cepalinas produzidas até aquele então. O fracasso da industrialização como processo de ruptura com a dependência e o subdesenvolvimento, as vitórias da Revolução Cubana contra as agressões imperialistas, a implantação de ditaduras empresarial-militares em muitos países da América Latina, a crise capitalista no centro imperialista e a perda relativa da hegemonia mundial dos Estados Unidos frente às novas potências econômicas (Alemanha e Japão) formaram o substrato histórico para a revisão das teses cepalinas.

⁶ “(...) esboçamos bem ou mal propostas específicas para cada área das políticas sociais. Com isto, penso que conseguimos retirar o tema da distribuição de renda do nível muito abstrato em que estava colocado, chegando ao desenho de uma política concreta de redistribuição. Resumindo, diria que todos nós desejávamos a montagem de um verdadeiro *Welfare State*.” (CARDOSO de MELLO, 1999, p.207)

Nesse contexto histórico, a burguesia industrial brasileira passou a vislumbrar possibilidades de disputar posições intermediárias na divisão internacional do trabalho sem, entretanto, aderir a um projeto nacionalista de recorte antiimperialista. Era uma nova etapa de integração subordinada e dependente ao mercado mundial via subimperialismo (MARINI, [1969] 2012). Mas tais movimentações são percebidas pelos intelectuais cebrapianos e campineiros como novas possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo, com seus centros de decisão internalizados e uma base industrial completa com a introdução do setor de bens de capital. Conforme escreve Ruy Mauro Marini (1992, p.97),

Para ambas as correntes [endogenistas e neo-desenvolvimentistas], há que por a ênfase, antes de tudo, nas condições nacionais para a análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O imperialismo ou é colocado “entre parênteses”, para usar uma expressão de Maria da Conceição Tavares, ou se introduz na análise como última variável, como preferem os endogenistas; Presbich e Furtado representam uma exceção, partindo sempre da economia mundial. Mas se reúnem aos neo-desenvolvimentistas em sua tese central, que é a perspectiva do desenvolvimento capitalista autônomo – tese que expressa a aspiração mais sentida da burguesia industrial latino-americana.

As principais obras da Escola de Campinas dos anos 1970 estavam marcadas pela aposta política de uma autonomização crescente do capitalismo brasileiro frente aos constrangimentos externos da dependência. Mas isto não correspondeu a uma adesão absoluta à razão de Estado ou ao *status quo*: uma das suas marcas indelévels sempre foi a crítica ao autoritarismo e às desigualdades sociais. Antes de ser uma representação teórica da burguesia industrial latino-americana, as suas elaborações ideológicas expressaram um sonho utópico pequeno-burguês, com uma autonomia para lá de relativa aos processos econômicos e políticos em curso com as ditaduras latino-americanas, mas ainda assim condicionadas pela visão social de mundo burguesa. (BAMBIRRA, 1978, p.31)

A tese de doutorado *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, segue esta tendência de uma revisão crítica das elaborações centrais da Cepal. Ao longo da obra, tida na literatura especializada como um dos documentos fundacionais da Escola de Campinas⁷, há dois esforços que correm em paralelo: um de incorporação crítica da teoria de dependência de FHC e Faletto – citada como um dos seus principais interlocutores, além, é claro, de Celso Furtado –, outro da superação de suas fragilidades. Neste caso, temos a presença de convergências (dominantes) e divergências (minoritárias). De acordo com Cardoso de Mello (1984a, p.26-7), a teoria da dependência de FHC e Faletto analisou o desenvolvimento latino-americano como uma especificidade histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia, levando em conta tanto os aspectos internos das nações da região como os fatores externos. Essa tentativa, contudo, levou a cabo somente a tarefa de destacar os fatores internos do desenvolvimento capitalista na América Latina, introduzindo a problemática das classes sociais na economia política cepalina. Deixou, assim, de proceder a uma crítica que deveria ser radical, cuja tarefa primária seria questionar a periodização histórica cepalina baseada em uma dupla dualidade, a saber, economia colonial/economia nacional e desenvolvimento para fora/desenvolvimento para dentro.

Na trilha aberta por Cardoso e Faletto do desenvolvimento associado e subordinado, Cardoso de Mello faz um amplo debate da particularidade histórica da acumulação primitiva do capital no Brasil e da nossa transição de modo de produção, na via de uma industrialização tardia já na etapa monopolista do capitalismo. Sua tese central é que surge um novo padrão de acumulação no Brasil de meados dos anos 1950 e início dos 1960 com a industrialização pesada, suportada majoritariamente pelos investimentos do Estado e dos capitais multinacionais, mas sempre com a presença subordinada do capital nacional. Com o novo padrão de acumulação, baseado no tripé político dos capitais estatais, estrangeiros e nacionais, “a industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído.” (CARDOSO de MELLO, 1984a, p.122)

⁷ Sobre as origens e as formulações teóricas da economia política da Escola de Campinas, recomenda-se o artigo de Fábio Pádua dos Santos (2013).

Mesmo com fortes questionamentos ao modelo de desenvolvimento ditatorial, a Escola de Campinas afirmou teoricamente a autodeterminação das forças produtivas no Brasil e, com isso, alimentou ilusões quanto à nossa margem de manobra dentro da dependência e desviou sua atenção das relações sociais de produção baseadas na superexploração, analisando somente as suas expressões mais visíveis. Como diz Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999, p.55),

(...) a perspectiva do capitalismo tardio acabou ocultando os mecanismos de perpetuação do capitalismo dependente e as possibilidades de sua superação. (...) Ao sacralizar o tripé capital nacional, capital estrangeiro e Estado como mola propulsora da industrialização pesada, a correlação de forças foi petrificada, limitando aos marcos do capitalismo dependente o raio de ação do Estado para enfrentar os obstáculos do desenvolvimento nacional. A ilusão de que o avanço da industrialização conciliaria os conflitos entre as classes sociais fez com que não surgisse nem a necessidade nem a possibilidade de transformações estruturais.

Em relação à teoria marxista da dependência, Cardoso de Mello extermina sumariamente qualquer diálogo, restando meia dúzia de linhas de controvérsia, de resto limitada aos textos de Gunder Frank, sem qualquer debate aprofundado. Este método de polemizar dentro da controvérsia da dependência no Brasil não era uma novidade, pois, conforme escrevem Fernando Prado e Rodrigo Castelo (2013, p.14),

As formulações de Fernando Henrique Cardoso sobre desenvolvimento e dependência foram difundidas e assimiladas sem se levar em conta toda a riqueza da controvérsia da dependência, que havia então se desenrolado no Chile sem ter eco no nosso país. Quando citadas, as principais formulações de Theotônio, Vânia e Marini estavam longe de serem retratadas de forma objetiva pelos seus críticos. Restou, desta forma, o reinado da perspectiva do “Príncipe dos Sociólogos”, sem sequer se conhecer as posições das vertentes marxistas, que então foram deformadas teórica e politicamente, rotuladas de “catastrofistas”, “estagnacionistas”, “trotskistas” e “radicais”.

Essas deformações foram construídas e reproduzidas em artigos, teses e livros escritos e publicados por docentes e pesquisadores de diversos aparelhos de hegemonia⁸, sendo o Cebrap e o Depes/Unicamp seus epicentros. Politicamente, Fernando Henrique Cardoso e José Serra tomaram a vanguarda dos ataques mais ferinos à teoria marxista da dependência. Com duras palavras escritas no campus da Universidade de Princeton (EUA), José Serra e Fernando Henrique Cardoso vaticinaram que era preciso “colocar trancas que fechem falsas saídas”. Neste artigo publicado na revista do Cebrap em 1979 (com agradecimentos a Luiz Gonzaga Belluzzo e colegas do centro), eles faziam críticas diretas à teoria de Marini com um teor político explosivo: disputar a direção intelectual-moral da esquerda brasileira no período pós-ditatorial, eliminando o projeto revolucionário socialista como porta de saída do capitalismo dependente. Sem meias palavras, Serra e Cardoso (1979, p.36) escreveram:

Quando o impulso generoso dos que desejam revolucionar se soma a postulados falsos ou equivocados, não só a teoria se empobrece embebida em má política (o que é menos grave) como a política se estiola em tentativas, frustrações e enganos. Depois de certo tempo, à custa de muita energia perdida, o ímpeto revolucionário desanima e cede à apatia. Mas parece que a rigidez mental de alguns intelectuais leva-os a continuar ostentando, como os mandarins, os lauréis acadêmicos obtidos com um saber que já está morto; assim, dando uma conotação mais dramática à observação de Keynes, continuam, como fantasmas, persuadindo os políticos a serem escravos de ideias defuntas.

NOVOS ENFOQUES TEÓRICOS E A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO

Nos debates teóricos sobre a ciência política, houve intensas querelas dentro do Cebrap. Na segunda metade dos anos 1970 e início dos 80, o centro vivenciou a saída de duas lideranças

⁸ Fernando Correa Prado (2011) demonstra ponto a ponto como a teoria marxista da dependência sofreu um cerco ideológico sistemático para a difusão do seu projeto teórico-político, bem como uma falsificação rebaixada das suas principais teses. Os agentes históricos foram diversos intelectuais vinculados ao Cebrap, à Cepal, Escola de Campinas, USP, FGV-SP e outros aparelhos privados (e estatais) de hegemonia.

intelectuais. A principal delas foi a de Francisco Weffort para fundar o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) em 1976, tendo como um dos seus principais objetos de estudo o movimento operário brasileiro, pauta que já não tinha muito espaço no Cebrap. A outra saída foi a de Bolívar Lamounier, que veio a montar o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Com o passar do tempo, os temas de revolução brasileira, revolução burguesa, partidos políticos, classe operária foram exorcizados como fantasmas e os debates sobre democracia, sociedade civil e novos movimentos sociais se tornaram hegemônicos na esquerda brasileira nos anos 1980. Segundo Fernando Henrique Cardoso (2009, p.40),

(...) nos anos 1970 começamos a discutir democracia e movimentos sociais. A dinâmica da sociedade civil já era muito importante para mim naquela altura, uma vez que os partidos provavelmente não iriam ter no futuro o papel protagônico que haviam tido no passado. Não posso precisar com datas, mas já antes da queda do Muro de Berlim ficou visível que era difícil acreditar que a sociedade baseada no planejamento, no monopólio dos meios de produção pelo estado, num partido que monopolizasse o espaço do poder e tudo o mais viesse a ser algo desejável.

Na visão dos principais dirigentes do Cebrap, com as derrotas da luta armada no Brasil em meados dos anos 1970, era tempo de abandonar as pautas da revolução proletária e do socialismo, e abraçar a *realpolitik*, propondo uma agenda teórica e um programa político⁹ de transição do autoritarismo para a democracia. “O que se discutia”, diz Giannotti (2009, p.56), “como ainda hoje se discute, era como controlar o mercado, como aprofundar a democracia, e assim por diante.” Essa guinada de largo alcance não ficou apenas no plano teórico: ela veio a se materializar na construção de programas

⁹ Segundo Francisco de Oliveira (2009, p.169), “o Cebrap, deve ser dito, apostou sempre na democracia. E era muito difícil, porque você estava sufocado por todos os lados, havia grupos de luta armada surgindo diariamente, com nossos amigos integrados. (...) Era muito difícil manter um objetivo estratégico para além da luta conjuntural, e acho que foi o Fernando Henrique quem percebeu melhor e formulou isso como um programa”.

de partidos políticos, em especial do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

No tocante à disputa dos rumos da esquerda brasileira, o Cebrap e a Escola de Campinas, sob a perspectiva socialdemocrata, tinham pontos de interseção e alguns deles, como vimos, foram forjados teoricamente no mesão. A materialização desta teoria na política veio, contudo, no campo das disputas internas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nos anos 1970. Antes da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na década de 1980, os formuladores de determinadas correntes da EDP militaram, orgânica ou indiretamente, nas hostes do MDB, e escreveram muitos dos seus programas econômicos e políticos. Conforme relata Rodrigo Motta (2007, p.295),

A partir de 1973, e sob influência de experiências levadas a cabo pelo MDB gaúcho, o partido criou um Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes, depois rebatizado como Instituto Pedroso Horta), para dispor de um centro de debates e formulação de políticas e, sobretudo, para atrair a participação da intelectualidade. Os contatos na área acadêmica renderam o auxílio de alguns membros do prestigiado Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) para a formulação do programa eleitoral de 1974, o que trouxe ao MDB não só mais consistência e sofisticação programática, mas um apoio simbolicamente significativo para conquistar respeitabilidade entre a *intelligentsia*.

Em 1973, Pedro Simon, deputado e presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, procurou a direção do Cebrap e propôs um conjunto de debates na Assembleia gaúcha. Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e José Arthur Giannotti aceitaram o desafio e o público acorreu para vê-los discursar. O plenário lotou e a atividade foi avaliada positivamente. Estava selada a aliança entre pesquisadores do Cebrap e o MDB. (GIANNOTTI, 2009, p.59)

Em 1974, Ulysses Guimarães, já uma reconhecida liderança do MDB, iniciou tratativas com membros do Cebrap para a formulação do programa de governo do partido de oposição institucional à ditadura empresarial-militar para as eleições daquele ano. O programa foi intitulado *Desenvolvimento com democracia*,

liberdade e justiça social, palavras-chave do ideário da EDP. Na redação do programa, tomaram parte Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Paul Singer. De posse deste programa formulado pelos intelectuais cebrapianos, o MDB foi às ruas e às urnas, e, com o aparato repressivo na sua cola, venceu as eleições de forma acachapante, resultado inesperado de acordo com a conjuntura da época. Foram conquistadas 16 cadeiras do Senado, para um total de 22 vagas, e 160 na Câmara dos Deputados (na eleição anterior, em 1970, foram apenas 87). A expressividade desta vitória foi tamanha que contribuiu, dentre um conjunto de outros fatores, para o início do processo de “abertura lenta, gradual e segura” promovida pelo generalato.

Uma outra mudança, contudo, brotou nas forças oposicionistas: a certeza da aposta feita pelo Cebrap na democracia institucional, sem ligação com a revolução socialista e a ação direta do movimento operário. Como diz Paul Singer (1999, p.81), “no momento em que passamos a votar no MDB, nós passamos a pensar: é possível que haja uma mudança sem que a gente tome o poder pela força. Sem que haja uma revolução armada. Então, o abandono dessa hipótese forçou a nós todos a repensar um programa para o país”.

Os intelectuais tradicionais do Cebrap se tornaram paulatinamente, com a abertura, intelectuais orgânicos da Estratégia Democrático-Popular em diferentes partidos, do MDB ao Partido dos Trabalhadores. Na década de 1980, as divergências internas do Cebrap ficaram mais acirradas pois um grupo se filiou ao PT, como Francisco de Oliveira e Paul Singer, e o grupo majoritário continuou a sua militância partidária no MDB até a fundação do PSDB. Os caminhos partidários da equipe cebrapiana se tornaram divergentes, mas ainda havia convergências substantivas no plano teórico e programático.

Foi na construção de programas políticos para o MDB (depois PMDB) que a economia política da Escola de Campinas e as ciências sociais do Cebrap soldaram, na teoria e na prática, bases do que viria a ser a Estratégia Democrático-Popular nos anos 1980. Em 1982, esta parceria entre professores do Depes/Unicamp e pesquisadores do Cebrap continuou a dar frutos e o PMDB lançou o documento *Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil*, publicado na revista do PMDB, em cujo conselho editorial

constam Carlos Lessa, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, João Manuel Cardoso de Mello, José Serra, Maria da Conceição Tavares e outros. Suas palavras de ordem eram “transformação democrática”, “Assembleia Nacional Constituinte como Solução-Síntese”, “planejamento democrático e distribuição da renda”, “reformas sociais e institucionais”, dentre outras. Logo no início do documento, deparamo-nos com um trecho que sintetiza a formulação de bases programáticas da EDP, concretizando as críticas que o Cebrap já apontava ao socialismo no Leste Europeu:

O PMDB propõe o planejamento democrático como forma de estabelecer e garantir que o conjunto de políticas públicas obedeça a prioridades fixadas democraticamente – prioridades que busquem um novo estilo de desenvolvimento social, cuja diretriz maior deve ser a redistribuição da renda e da riqueza social. O Planejamento democrático implica na elaboração de um Plano, sob controle e sob a influência das instituições democráticas. Plano fixado através de lei, supervisionado eficazmente pelo Congresso com a interação e auxílio das organizações populares. (FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA, 1982, p.ii)

Paul Singer e Francisco de Oliveira não acompanharam a ala majoritária e foram cerrar fileiras no PT. Eles, entretanto, levaram consigo parte da visão de mundo erigida nos anos cebrapianos e colaboraram na construção de programas políticos no início dos anos 1980 sob a marca do reformismo econômico, lançando mão de consignas clássicas da EDP. Isso fica claro nas palavras de Singer (1999, p.81-2):

(...) neste momento, dirigi, por incumbência do Lula, e da direção do Partido, uma equipe para fazer um programa econômico. Isso foi em 1982. O [Antonio] Kandir me ajudou. Eu reuni os meus amigos, o Chico de Oliveira, e fizemos juntos um programa econômico para o PT que colocava como grande questão a redistribuição da renda. Não o socialismo, mas um programa de desenvolvimento que teria o mercado interno como base, como fator dinâmico. A ampliação do mercado interno via inclusão social. (...) Mas era um programa reformista, não se falava em socialismo diretamente. Claro, a proposta de marchar para o socialismo, sim. Mas a marcha para o socialismo consistia em ampliar a democracia, aprofundar a democracia para redistribuir a renda.

Por vias contraditórias, a EDP ganhou, nos anos 1980, seus contornos programáticos em distintos projetos partidários. Do mesão do Cebrap, com decisivo apoio das formulações da Escola de Campinas, observamos a concretização de uma teoria crítica aos modelos de desenvolvimento concentradores de renda e dependentes e ao autoritarismo burocrático-militar. Esta teoria, contudo, não questionava a superexploração da força de trabalho no país, a dominação imperialista e seus elos com nossas classes dominantes. A porta de saída não era a revolução socialista, mas o aprofundamento da democracia no país via políticas institucionais e os movimentos sociais. Na implementação da EDP, as tensões aumentaram e as táticas divergiram, o que gerou um racha político irreconciliável no Cebrap: enquanto alguns seguiram sua trajetória no PMDB e no governo Sarney, e posteriormente fundaram o PSDB, outros foram para o PT e fincaram pé numa oposição aos governos da Nova República até a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases teóricas do Cebrap e do Depes/Unicamp eram distintas e integraram, nos anos 1950-60, um dos debates mais acalorados dentro da controvérsia da Revolução Brasileira, a saber, o choque entre o pensamento nacional-desenvolvimentista da Cepal e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Escola de Sociologia da USP. Vimos, na terceira seção deste capítulo, que dois decanos da Escola de Campinas, então jovens estudantes da USP, frequentaram o curso de ciências sociais, desenvolveram laços pessoais e tiveram parte da sua formação intelectual no contato com Florestan Fernandes e cia. Todavia, as suas principais influências vieram de cursos na Cepal e das leituras das obras isebianas.

Anos mais tarde, no mesão do Cebrap, operou-se um *movimento articulado de revisão crítica das teses da Cepal e da Escola de Sociologia da USP*, que teve como resultado um consenso tardio entre o nacional-desenvolvimentismo e as ciências sociais e humanas da USP, algo que parecia impossível no início do segundo ciclo das controvérsias da Revolução Brasileira, e que permaneceu vivo até os anos 1980. Mas a liga do novo bloco ideológico da esquerda brasileira só foi soldada com a redação de programas do

MDB a partir de meados da década de 1970. Operou-se, portanto, a conciliação entre duas escolas do pensamento social brasileiro que pareciam incompatíveis. No mesão do Cebrap e nos programas do (P)MDB, duas linhas paralelas se encontraram...

Nesses manuscritos políticos, as teorias do Cebrap e do Depes/Unicamp ganharam materialidade e conseguiram importantes vitórias já na sua primeira eleição, a de 1974. Tendo passado no teste das urnas, o programa foi avaliado como um sucesso e o bloco ideológico continuou na sua defesa da democracia, do desenvolvimento econômico nacional, do combate às desigualdades e das reformas sociais, deixando para trás bandeiras ou palavras de ordem relacionadas à revolução socialista. Era um dos últimos suspiros da Revolução Brasileira que, após o seu ocaso, cedeu lugar para a Estratégia Democrático-Popular.

O bloco ideológico do Cebrap e da Escola de Campinas se encarregou de criar bases da EDP que seriam disputadas por duas correntes: uma do PMDB, que logo abandonaria as suas raízes para se tornar um partido fisiológico à disposição dos poderes constituídos (a sua ala mais programática racharia com o partido e com a Estratégia referida, formando o PSDB), e a do PT, que prosseguiria, até o esgotamento do seu ciclo político no final da segunda década do nosso século, com a EDP.

Mas esta é outra história, contada coletivamente ao longo do livro que a leitora e o leitor têm em mãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México D.F.: Era, 1978.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. Entrevista. In: *Conversas com economistas brasileiros*.

BIDERMAN, Ciro et. al. (orgs.). São Paulo: Editora 34, 1996. p.251-283.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à 5ª edição. In: _____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 2003. p.9-13.

_____. Entrevista. In: *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.19-49.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984a.

_____. Prefácio. In: *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. São Paulo: Brasiliense, 1984b. p.11-23.

_____. Entrevista. In: *Conversas com economistas brasileiros II*. MANTEGA, Guido e REGO, José Marcio (orgs.). São Paulo: Editora 34, 1999. p.183-216.

COHN, Gabriel. Entrevista. In: *Conversas com sociólogos brasileiros*. BASTOS, Elide Rugai et. al. (orgs.). São Paulo: Editora 34, 2006. p.114-133.

FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA. Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil. *Revista do PMDB*, Rio de Janeiro, ano II, n.4, outubro-novembro de 1982.

GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista. In: *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.50-71.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.

_____. Memória. In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2005. p.57-134.

_____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: *Revolução e democracia (1964-...)*. FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.283-302.

_____. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista. In: *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.142-179.

PAULA, João Antônio de. Octavio Ianni e a centralidade da luta de classes. In: *Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. IAMAMOTO, Marilda Villela e

BEHRING, Elaine Rosseti (orgs.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p.79-87.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & política*, Rio de Janeiro, vol.29, n.2, 2011, p.68-94.

PRADO, Fernando Correa e CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. In: *Pensata*, São Paulo, v.3, n.1, 2013, p.10-29.

ROSSO, Sadi dal e SEABRA, Raphael. A Teoria Marxista da Dependência: papel e lugar das Ciências Sociais da Universidade de Brasília. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol.31, número especial, 2016, p.1029-1050.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Fábio Pádua dos. A economia política da “Escola de Campinas”: contexto e modo de pensamento. *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.8, n.12, jan.-jun. 2013, p.17-42.

SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil. In: *Nós que amávamos tanto O capital*. Roberto Schwarz et. al. São Paulo: Boitempo, 2017. p.17-26.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n.23, 1979, p.34-80.

SINGER, Paul. Entrevista. In: *Conversas com economistas brasileiros II*. MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio (orgs.). São Paulo: Editora 34, 1999. p.55-89.

_____. Entrevista. n: *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*.

MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.72-93.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1976.

_____. Entrevista. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.11, 2008, p.13-23.

TOLEDO, Caio Navarro de. Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas? *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.7, n.2, 2015, p.116-132.